O JORNAL DE TODOS OS ACREANOS

A TRIBUNA

Visite www.atribuna.com | e-mail-jornalatribunac@gmail.com

R$ 2,50 | Rio Branco, quarta-feira, 27 de outubro de 2021 | Ano XXII - Número 7.296

Reforma Administrativa pode reajustar salário de prefeito e vice

Obras garantem o fornecimento de energia para a Vila Restauração

O presidente da Câmara de Rio Branco, vereador N. Lima, aguarda a chegada do projeto da Reforma Administrativa do prefeito Tião Bocalom. A proposta deve pedir autorização da Casa para reajuste do salário dos gestores municipais (prefeito, vice-prefeito e secretários municipais). O salário base é de R$ 17.620,89, enquanto do vice-prefeito é de R$ 14.390,39 e os secretários ganham R$ 12.921,98. Página 8

Energisa leva energia solar com tecnologia de ponta à comunidade ribeirinha na Região Amazônica

A chegada da energia elétrica contínua, limpa e renovável na Vila Restauração marca uma nova história na vida das cerca de 200 famílias que vivem nessa pequena localidade situada em área remota da Região Amazônica no Acre e próxima à fronteira com o Peru. A Energisa, maior grupo privado de capital nacional do setor elétrico, inaugurou nesta terça-feira, 26, as obras que garantem o fornecimento de luz para a comunidade ribeirinha 24 horas por dia. Página 5

Funai abre 91 vagas temporárias no Acre

A Fundação Nacional do Índio (Funai) divulgou edital do concurso para preenchimento de 776 vagas temporárias (nos próximos dias), com 91 vagas para o Acre. São cargo supervisores dos agentes de proteção etnoambiental (50 vagas), chefe dos agentes de proteção etnoambiental (121 vagas) e agentes de proteção etnoambiental (605 vagas). Página 3

Servidores municipais protestam

Servidores da Saúde e da Educação que estariam há seis anos sem reajustes prometem invadir a Câmara Municipal se projeto beneficiar apenas auditores fiscais que podem receber abono extra e exclusivo. Não houve quórum para deliberação na sessão ontem. Página 8

Comissão da Educação da Aleac assinou Carta Manifesto

CPI da Pandemia aprova relatório e pede indiciamento de 80 pessoas

Um dos principais pontos do documento de 1.299 páginas sugere o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro por nove crimes que vão desde delitos comuns, previstos no Código Penal; a crimes de responsabilidade, conforme a Lei de Impeachment. Há também citação de crimes contra a humanidade, de acordo com o Estatuto de Roma, do Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia. Página 4

Foram indiciados, além do presidente Bolsonaro, empresários e parlamentares

Entidades pedem apoio a deputados para pressionar pagamento de bolsas

Seguindo o calendário nacional de mobilização em defesa da ciência no dia 26, o Movimento de Lutas Permanente entregou a Carta Manifesto na Aleac, ao representante da Comissão da Educação, deputado Daniel Zen. A carta com mais de 200 assinaturas de bolsistas do Programa de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica, movimentos, entidades representativas, sociedade civil e organizada, repudia o atraso do pagamento das bolsas PIBID e R.P e reivindica um posicionamento e denúncia dos deputados estaduais do Acre em defesa dos estudantes que estão sem receber, muitos em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Página 3

Cortes na Ciência afetam estudos de vacinas contra a Covid

Página 7

Artigo

Teoria absurda sobre vacinas para Covid causarem Aids causa danos à luta contra pandemia

*Esper Kallás

Por volta do almoço, em um dia de 2006, o telefone do laboratório tocou. Era uma colega infectologista, coordenadora de um dos projetos sobre vacina candidata para HIV, do qual nosso centro de pesquisas participava. Dizia que o estudo deveria ser interrompido. Chamado STEP, o estudo convidou voluntários vulneráveis ao HIV para verificar se uma nova vacina, que usava o adenovírus-5 como vetor, poderia prevenir a infecção.

Todos os estudos rigorosos contam com avaliações periódicas de segurança. Uma dessas, ocorrida no dia anterior, por comitê científico independente, notou que a vacina não estava funcionando como se esperava. Alguns dados sugeriam possível aumento de infecção pelo HIV em pessoas vacinadas que já haviam sido naturalmente infectadas pelo adenovírus-5.

Passados 15 anos, dados derivados deste estudo estão sendo usados para acusar vacinas para Covid-19 de causar Aids. Como largamente comentado nesta Folha, trata-se de afirmação absurda que vai além de causar hesitação à vacinação, provocando mais danos em cenário já bastante ocupado pelo negacionismo.

Temos aqui mais um exemplo de como surgem teorias conspiratórias. Uma informação não relacionada, com dados distorcidos, é usada na construção de narrativa sem alicerce em fatos reais. Impressiona a forma sórdida como tais narrativas são criadas, habitualmente, a partir de grupos mal intencionados, sobre um tema de grande relevância. Nesse caso, a pandemia de Covid-19.

O caso da vacina candidata para o HIV, mencionado no início, foi detalhadamente investigado. A teoria mais aceita é que aquela vacina, feita com um vetor de adenovírus-5, estimulava uma resposta imune que seria mais forte em pessoas que já tinham sido expostas ao adenovírus-5, em uma vacina específica para prevenir o HIV. Muitas outras vacinas em estudo contra outras doenças infecciosas, que usam vetores semelhantes, não reproduziram o mesmo efeito e seguem em investigação e desenvolvimento.

Extrapolar o que se passou com aquele projeto para a vacinação de Covid-19 é atitude absolutamente irresponsável. Mais de seis bilhões de doses de diferentes vacinas já foram aplicadas no mundo.

Além dos rigorosos estudos em fase 1, 2 e 3 —etapas de desenvolvimento clínico que respeitam normas internacionais de boas práticas de pesquisa— é realizado acompanhamento de possíveis efeitos colaterais logo após a implementação da vacina em uma população. Incontáveis vidas já foram salvas. Muitos lugares estão experimentando aberturas de atividades sociais e econômicas, graças a esse avanço extraordinário da ciência.

Déjà vu de teorias conspiratórias na saúde.

Foi entre 1999 e 2008 que o então governo da África do Sul, sob a presidência de Thabo Mbeki, negou que a Aids era causada pelo HIV. À época, foi influenciado por alguns pesquisadores e médicos, como o virologista Peter Duesberg, que alimentavam tais teorias e negavam as vastas evidências em contrário.

Como resultado, estima-se que mais de 300 mil pessoas morreram de Aids naquele país, principalmente pela recusa às medidas de prevenção e ao tratamento com remédios do coquetel antirretroviral, resultando no aumento da transmissão, inclusive aos filhos de mães infectadas.

Enquanto tentamos identificá-las e coibi-las, teorias conspiratórias continuam contribuindo para o aumento de infecções e mortes pela Covid-19 em medidas difíceis de quantificar. É preciso cobrar responsabilidade de quem as cria e propaga.

***Esper Kallás é Médico infectologista, é professor titular do departamento de moléstias infecciosas e parasitárias da Faculdade de Medicina da USP e pesquisador na mesma universidade.**

A TRIBUNA
SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA, com sede na Avenida Ceará, nº 3357 - loja "2" - Telefone 3226-2626 - Jardim Nazle - ao lado da Central Globo - CEP: 69918-108 - CGC: 84.321.900/001-20 - Insc. Estadual 01.001.619/001-40
DIRETOR-GERAL: Ely Assem de Carvalho
DIAGRAMAÇÃO: Márcio Ferreira
REDAÇÃO: Cezar Negreiros e
FOTOGRAFIA
REVISÃO
Assinatura Semestral: R$ 350,00 — Assinatura Anual: R$ 700,00
* Artigos e matérias assinados não são de responsabilidade do jornal nem correspondem, necessariamente, a sua opinião

Bom Dia

Privilégios

Em pleno século XXI, onde tudo é feito online, em que os mecanismos de TI garantem a segurança da população, o andamento do mundo moderno, em que os computadores controlam cada passo da vida, onde não existe mais privacidade, tem gente que defende de privilégios burocráticos do tempo do ábaco e da caneta tinteiro.

Fiscais

Os auditores fiscais da prefeitura acreditam, tal qual o galo Chantecler, da fábula francesa, que o sol não nasce se eles não estiverem presentes. Que eles são tão imprescindíveis que devem ter prerrogativas superiores aos demais cidadãos. Tanto que agora querem receber um abono que corresponde até a 5,4 vezes seus altos salários, em detrimento dos demais servidores.

Vergonhoso

O projeto, além de vergonhoso, expõe uma situação que precisa ter fim. A ação de fiscais que ultrapassam seus deveres legais, que agem como opressores para contribuintes, para empresas. Sem contar com outras situações em que é melhor se calar a respeito. Pois bem, esses fiscais são cada vez mais obsoletos em uma sociedade da informação. Servem para dificultar em vez de facilitar.

Projeto

O projeto que só beneficia os auditores fiscais da prefeitura é imoral. O pior é que abriu a caixa de Pandora. Ontem, o projeto não foi votado porque os fiscais ambientais e de obras queriam a mesma equiparação. Pois os porteiros, ou fiscais de portaria, logo vão reivindicar também.

Dois pesos

Os auditores fiscais, não bastasse esse aumento abusivo, ainda querem participação na verba de IPTU paga pelos contribuintes. Enquanto isso, professores, médicos, trabalhadores em Saúde e em funções administrativas estão há anos sem reajuste que pelo menos reponha o poder de compra.

Desrespeito

Informações de ontem apontavam que a prefeitura estaria propensa a ignorar parecer do Tribunal de Contas que determinou a suspensão do contrato sem licitação para terceirização dos vigias das escolas municipais. Se acontecer isso mesmo, será uma vergonha, mais um desafio do Executivo Municipal, mais uma prova da assessoria malfeita e das decisões erradas. Espera-se que o bom senso prevaleça.

Nota

A secretária Municipal de Educação, Nabiha Bestene, talvez a que tenha menor responsabilidade nesses problemas da Educação, que são de planejamento e administração, emitiu nota dizendo que o processo gradual de volta às aulas continua. Agora, bem gradual, sem vigias e sem merenda.

Greve

E os trabalhadores em Educação do município realizam hoje reunião no Sinteac que pode resultar em indicativo de greve. Está feia a coisa.

Medicamentos

O prefeito Bocalom, que havia comemorado a compra de medicamentos fora do Estado, gerando, segundo ele, uma economia de R$ 20 milhões, encara a dura realidade do absoluto colapso da rede de saúde básica. As entregas atrasaram, falta até analgésico, sem contar com remédios para diabetes, hipertensão, de uso constante. E fraldas geriátricas. Grande economia...

Virtual

Qual a explicação para se viajar para um evento que pode ser acompanhado de graça pela internet, com o mesmo aproveitamento? No caso da vice-prefeita Marfisa Galvão há uma justificativa. O encontro de cidades inteligentes será em Barcelona! Um dos principais destinos turísticos do mundo! Nada como andar nas "ramblas" e sentir o clima cultural da Catalunha. E, certamente, depois postar tudo no Tik Tok.

Além da eleição

Um dos motivos do acirramento da campanha para a eleição na OAB pode estar em uma situação extra-entidade. É que a próxima vaga do quinto constitucional do Tribunal de Justiça será para classe dos advogados e a OAB local coordenará o processo.

Quinto

Na composição do Tribunal, os advogados e o Ministério Público têm direito à indicação do chamado quinto constitucional. A cada cinco vagas abertas, uma vai para advogados ou promotores de forma alternada. Hoje, o TJ tem duas dessas vagas ocupadas por desembargadores egressos do MP, a presidente Waldirene Cordeiro e Samoel Evangelista. Os advogados só têm, agora, uma vaga, a do desembargador Roberto Barros. A próxima vaga será desta categoria.

Desejo

Em 2019, antes da pandemia, a Educação, já pensando na implantação do novo Ensino Médio, fez uma pesquisa entre estudantes da nona série do Fundamental II para saber as aspirações de formação, já que a proposta é fazer desse ciclo uma experiência profissionalizante. A esmagadora maioria optou por formação em TI - Tecnologia da Informação.

Agora

Isso, antes da pandemia, que fez multiplicar a presença das mídias sociais, das tecnologias de interação virtual no cotidiano de jovens e adultos. No próximo ano deverá ser feita nova pesquisa e os resultados devem consolidar essas expectativas.

Última

O deputado Flaviano Melo tem dito a interlocutores próximos que a eleição de 2022 será a última da qual vai participar. Considera que dedicou 40 anos de sua vida à política e que está na hora de descansar, pensar na neta. Será? O vírus da política corre em seu sangue. Foi o que fez o promissor engenheiro deixar uma carreira profissional em consolidação no Rio de Janeiro para retornar ao Acre e se tornar prefeito da Capital por duas vezes, governador, senador e deputado federal, uma trajetória de vitórias e realizações.

Ausência

A saída de cena de Flaviano Melo marcará o encerramento da história política da família Melo, uma das principais referências do Estado. Flaviano seguiu os passos do pai, Raimundo Hermínio de Melo, deputado estadual por vários mandatos, um dos nomes fundamentais da vida pública acreana, ícone de ética, honestidade e dedicação às causas populares. A família ainda teve o deputado federal José Melo, precocemente falecido e até hoje reconhecido por sua dignidade e excelência. Não há um herdeiro político para o clã.

Aliança

Cada dia fica mais próxima a possibilidade de uma aliança nacional entre o PSD e o PT, com o primeiro partido indicando o vice de Lula, possivelmente o ex-prefeito Gilberto Kassab. Muitos consideram essa uma fórmula capaz de levar a chapa à vitória ainda no primeiro turno. Claro que essa aliança tem impacto imediato na eleição acreana.

Unidade

A possibilidade de uma aliança entre Petecão, do PSD, e Jorge Viana, sob a proteção de um entendimento nacional, seria um ingrediente poderoso na eleição estadual. Só para lembrar que em política nada é impossível. Petecão foi presidente da Assembleia Legislativa por duas vezes com a benção e apoio decisivo de JV. As arestas atuais não são tão grandes que não possam ser aparadas com muito diálogo.

Como fica?

Nessa equação sobraria o deputado Jenilson Leite, do PSB, em plena campanha para o governo, esperando uma aliança de esquerda. Conversando bem, teria lugar para ele nesse entendimento. Lula está em negociação também com o PSB nacional.

Funai destina 91 vagas temporárias de concurso para o Acre

Cezar Negreiros

Vagas são para agentes de proteção etnoambiental e chefes

A Fundação Nacional do Índio (Funai) divulgou edital do concurso para preenchimento de 776 vagas temporárias (nos próximos dias), mas para o Acre chega em torno de 91 vagas. Afinal, o órgão responsável ao cuidado dos povos indígenas pretende contatar supervisores dos agentes de proteção etnoambiental (50 vagas), chefe dos agentes de proteção etnoambiental (121 vagas) e agentes de proteção etnoambiental (605 vagas).

As vagas ficaram assim distribuídas: 91 vagas para o Acre; 236 vagas destinadas ao Amazonas; 52 vagas para o Pará; 78 vagas destinadas a Rondônia; 152 vagas para Roraima; 13 vagas para Goiás; 102 vagas para o Maranhão e 52 vagas para o Mato Grosso. Os candidatos selecionados neste processo seletivo passarão a atuar nas Barreiras Sanitárias (BS) e nos Postos de Controle de Acesso (PCA) das terras indígenas situadas nos oito estados.

A Fundação conta atualmente, com um déficit de dois mil servidores, mas a previsão que o concurso possa ser realizado até o fim deste segundo semestre. O salário base deve ficar em torno de R$ 5.482,07 para nível médio e R$ 6.693,87 para nível superior. A gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista (GAPIN) chega a R$ 777,50 para nível médio e R$ 818,78 para nível superior, enquanto a gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista (GDAIN): R$ 2.955,00 para nível médio e R$ 3.655,00 para nível superior.

Para participar do certame, o candidato dever desembolsar a quantia de R$ 32.256 para fazer a inscrição. O concurso será dividido em duas etapas, a primeira de uma prova objetiva, a segunda de discursiva. A objetiva contabilizará 170 pontos das questões de conhecimentos básicos e conhecimentos gerais, enquanto a discursiva valor máximo de 100 pontos.

Empresas acreanas registram uma taxa de sobrevivência empresarial de 76,1%

Cezar Negreiros

Acre tem taxa de sobrevivência empresarial de 76,1% e saldo positivo em 2019, foi o que apontou o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BGE). O Estado registrou 8.563 de empresas ativas que assegurou a ocupação de 63.650 trabalhadores.

Do total de empresas ativas, 76% (6.515) eram sobreviventes e 24% correspondiam a entradas (2.047), das quais 17,9% referentes a nascimentos (1.537) e 5,9%, a reentradas (510). O levantamento revelou que os salários e remunerações chegaram a contabilizar um aporte de R$ 1,4 bilhão, com um salário médio mensal de 1,7 salário-mínimo, que correspondeu pela quantia de R$ 1.674,01.

Cerca de 14,8% das empresas ativas (ou 1.270) fecharam as portas, segundo o levantamento do estudo da Demografia das Empresas e das Estatísticas de Empreendedorismo de 2019, que fez uma análise da dinâmica empresarial, com base nos indicadores de entrada, saída, reentrada e sobrevivência das empresas, bem como as empresas de alto crescimento.

O aumento de 10,0% no número de empresas em 2019, na comparação com o ano anterior, foi puxado, principalmente, pelo segmento de Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, que teve saldo positivo de 349 (45,0%) empresas.

O estudo analisou a taxa de sobrevivência das unidades locais nascidas em 2009 no país, mas no Acre apenas 17,6% sobreviveram 10 anos depois e apenas 33,0%, após cinco anos do nascimento. Nas unidades da federação, as maiores taxas de entrada ocorreram no Amazonas (26,9%), seguido do Acre (23,9%) Mato Grosso e DF, ambos com 23,8%. Os estados de Rio Grande do Sul (17,0%), Santa Catarina (18,9%) e Minas Gerais (19,1%) registraram as menores taxas, segundo o estudo do IBGE. (Com informações da Assessoria do IBGE-Acre)

Entidades pedem apoio a deputados para pressionar pagamento de bolsas

Da Redação

Seguindo o calendário nacional de mobilização em defesa da ciência no dia 26, o Movimento de Lutas Permanente entregou a Carta Manifesto na Aleac, ao representante da Comissão da Educação, deputado Daniel Zen.

A carta com mais de 200 assinaturas de bolsistas do Programa de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica, movimentos, entidades representativas, sociedade civil e organizada, repudia o atraso do pagamento das bolsas PIBID e R.P e reivindica um posicionamento e denúncia dos deputados estaduais do Acre em defesa dos estudantes que estão sem receber, muitos em condição de vulnerabilidade socioeconômica. A carta será também encaminhada aos parlamentares federais reivindicando que atuem no congresso para solucionar o problema o quanto antes. Veja a íntegra da Carta.

CARTA MANIFESTO

Nós, bolsistas do Programa de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica da Universidade Federal do Acre e Instituto Federal do Acre, movimentos, entidades representativas, sindicatos, sociedade civil organizada abaixo assinados, repudiamos o atraso no pagamento das bolsas dos programas de mais de sessenta mil (a) s bolsistas da Residência Pedagógica e do PIBID que dependem, em grande medida, desses recursos para manterem seus sustentos no momento em que a conjuntura econômica coloca grande parte dos brasileiros e das brasileiras em situação de insegurança alimentar. O não pagamento da bolsa coloca em risco a permanência desses alunos que necessitam da bolsa para sobreviver. Portanto, esses cortes das bolsas refletem a exclusão dos alunos das camadas populares da universidade pública.

O enfraquecimento dos programas em questão implicará também no aumento da precarização da profissão docente, pois, sem prática, a teoria se torna praticamente obsoleta, o que refletirá na formação desses futuros professores, já que a prática da formação do graduando nos cursos de licenciatura, lhes permite ainda em formação, ter acesso às salas de aula, conhecer o chão das escolas e estar em contato com a prática docente promovendo o desenvolvimento da ciência e tecnologia dentro das licenciaturas, permitindo que a formação docente, seja também uma formação social, humanizada, entendendo o contexto escolar e a importância do professor para a sociedade.

Segundo a CAPES, o pagamento do mês de setembro para a recomposição orçamentária dos programas atrasou devido a necessidade de aprovação do Projeto de Lei N. 17/2021, que inicialmente foi proposto para suplementação do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia, porém esse foi redirecionado para outros ministérios, a pedido do ministro Paulo Guedes, enfraquecendo a ciência e educação. Sendo assim, o relatório do PL Nº 17/2021, que já deveria ter sido apresentado no dia 27 de setembro, não foi apresentado até o momento. (Segue nos comentários)

Portanto, essa recomposição de orçamento dos recursos financeiros previstos no orçamento da CAPES, ainda não estão garantidos, o que deixou os bolsistas e os coordenadores desses programas bastante apreensivos.

Mais um agravante foi a aprovação do PLN n. 16/2021 pelo Congresso Nacional a pedido do Ministério da Economia, que cortou 600 milhões dos 655 milhões de reais que seriam destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o que corresponde a um corte de 92% dos recursos desse Fundo. Se esse corte não for revisto pelo Congresso Nacional, serão comprometidas grande parte das pesquisas feitas nas instituições de pesquisa brasileiras, o que vai provocar um verdadeiro desmonte na ciência pública, com resultados ainda mais devastadores no quadro de desigualdades do nosso País.

Mas os cortes não param por aí: na área da educação, o orçamento disponível para gastos discricionários (aqueles com custeio e investimento) do Ministério da Educação (MEC) em 2021 é menos da metade do montante de 2018 - um ano antes de Bolsonaro assumir a presidência. Segundo cálculos da Instituição Fiscal Independente, órgão de análise das contas públicas ligado ao Senado, naquele ano, a pasta executou R$ 23,2 bilhões, enquanto que agora tem apenas R$ 8,9 bilhões disponíveis.

Segundo o sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior - Andes-Sn se não ocorrer a recomposição dos recursos alocados para a educação - especialmente para ensino e pesquisa, e a revogação da EC 95 (Lei de Teto dos gastos), as Instituições de Ensino Superior não terão condições de cumprir suas obrigações com o país e colocarão em risco a própria segurança física de seu corpo docente, técnico e estudantil no retorno presencial, pois as condições atuais para o funcionamento dessas instituições são muito piores do que antes da pandemia.

Portanto, frente a essa situação de caos na pesquisa e na educação, vimos nos manifestar contra esse corte de recursos e solicitar aos parlamentares federais que revertam tal decisão a fim de preservar as pesquisas realizadas pelas instituições públicas do país. Além disso, exigimos posicionamento do conselho Universitário da UFAC e dos parlamentares estaduais e federais do Acre contra os cortes e esse projeto elitista privatista e anti povo de Bolsonaro, Guedes e Milton Ribeiro que não medem esforços em aplicar sua agenda neoliberal, privatista e entreguista cujo objetivo dessa política em curso é a privatização do conhecimento.

Termo de adesão foi assinado pela prefeitura de Tarauacá

Estado habilita Política de Saúde Prisional

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre), habilitou recentemente, em Tarauacá, a Política de Saúde Prisional (PNAISP) do Ministério da Saúde, que consiste em garantir o direito à saúde para todas as pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional. Além disso, a Política visa a garantia do acesso dessa população ao Sistema Único de Saúde (SUS), respeitando os preceitos dos direitos humanos e de cidadania.

Para que a PNAISP esteja disponível no município é necessário que a gestão municipal assine o termo de adesão. O serviço será debatido com outros municípios.

"Nós entendemos que essa é a maneira mais correta e eficaz de atender aqueles que estão privados de liberdade, pois eles não deixam ser cidadãos, porém estão cumprindo medida de segurança por terem infringido em algum momento a lei", explicou a coordenadora do Núcleo de Saúde das Populações Prioritárias e Vulneráveis, Zilmar Silva.

Agora, o Acre possui três municípios com a política habilitada, sendo eles: Tarauacá, Sena Madureira e Senador Guiomard.

"Agora nós vamos fazer a discussão da política com os municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, pois a partir do momento em que eles assinam o termo de adesão, o Estado passa a ser o coordenador dessa política", destacou Zilmar.

CPI da Pandemia aprova relatório e pede indiciamento de 80 pessoas

Depois de um dia todo de debates, os senadores aprovaram nesta terça-feira (26) o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, elaborado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), por 7 votos a 4.

Um dos principais pontos do documento de 1.299 páginas sugere o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro por nove crimes que vão desde delitos comuns, previstos no Código Penal; a crimes de responsabilidade, conforme a Lei de Impeachment. Há também citação de crimes contra a humanidade, de acordo com o Estatuto de Roma, do Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia.

Além do presidente da República, mais 78 pessoas, entre elas três filhos do presidente, ministros, ex-ministros, deputados federais, médicos e empresários estão na lista. Há ainda duas empresas: a Precisa Medicamentos e a VTCLog.

De acordo com o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), o relatório será entregue pessoalmente ao procurador-geral da República, Augusto Aras, nesta quarta-feira (27) às 10h.

Como votaram os membros da CPI

Favoráveis ao relatório: Eduardo Braga (MDB-AM), Renan Calheiros (MDB-AL), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Otto Alencar (PSD-BA), Humberto Costa (PT-PE), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Omar Aziz (PSD-AM).

Contrários: Luis Carlos Heinze (PP-RS), Eduardo Girão (Podemos-CE), Marcos Rogério (DEM-RO) e Jorginho Melo (PL-SC).

Exclusão

O nome do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) chegou a ser incluído na lista de indiciados do relatório final da comissão a pedido do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). No entanto, o próprio parlamentar solicitou ao relator Renan Calheiros a retirada do nome de Heinze.

A decisão de excluir o nome ocorreu após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmar, por meio de nota, que os senadores reavaliassem a proposta de indiciamento, o que considerou um "excesso".

Para o senador Alessandro Vieira, prevaleceu o entendimento de que o senador tem imunidade parlamentar ao se manifestar na CPI. Durante os trabalhos da CPI, Heinze defendeu o uso de medicamentos ineficazes para o tratamento da covid-19, além de divulgar estudos sem base científica.

Consequências

Sob protestos de senadores da base governista, no parecer aprovado hoje, Renan também detalha o atraso na aquisição de vacinas contra o coronavírus e a demora na resposta do governo brasileiro à Pfizer e ao Instituto Butantan, que em 2020 ofereceram doses de imunizantes ao Programa Nacional de Imunização.

O texto destaca ainda as repercussões das possíveis irregularidades em empresas que negociaram vacinas e a aquisição mais célere de imunizantes como consequência dos trabalhos da comissão de inquérito. Entre os pontos positivos destacados por Renan está ainda a abertura de uma CPI específica sobre a Prevent Senior na Câmara Municipal de São Paulo. Entre as várias denúncias, a operadora de saúde é acusada de obrigar médicos a prescreverem medicamentos comprovadamente ineficazes para tratamento da covid-19 a seus pacientes.

Próximos passos

Por ser um tribunal político, uma comissão parlamentar de inquérito não pode por si punir qualquer cidadão. Na prática, ao final dos trabalhos a CPI pode recomendar indiciamentos, porém o aprofundamento das investigações e o eventual oferecimento de denúncia dependem de outras instituições. Apesar da votação do relatório marcar o fim dos trabalhos da comissão, a cúpula da CPI garante que pretende acompanhar de perto os desdobramentos do que foi apurado pelo colegiado.

O vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que a análise de crimes imputados ao presidente da República, Jair Bolsonaro, cabe ao procurador-geral da República, Augusto Aras. Nesse sentido, ele reafirmou hoje que espera que Aras "cumpra seu papel" e dê encaminhamento às conclusões do relatório final. Rodrigues avaliou ainda que no caso de omissão do PGR ou, ainda, do Ministério Público, em relação a outros indiciados, a legislação brasileira sinaliza outros caminhos. Um deles seria levar o documento diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de ação penal subsidiária da pública.

"Iremos acompanhar as consequências desse relatório e vamos exigir que as responsabilidades sejam apuradas", disse Randolfe. "No caso da ação penal subsidiária da pública, e isso só pode ocorrer em caso de omissão por parte do Ministério Público, ele será levado diretamente ao STF".

No caso de deputados federais cabe ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), abrir um processo por crime de responsabilidade. Já para denunciados por crime contra a humanidade, o andamento depende do Tribunal Penal Internacional. O vice-presidente da CPI confirmou que a partir desta quarta-feira (27) começará uma "agenda de entregas" do relatório. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (sem partido-MG), e Aras serão os primeiros a receberem o texto.

Além do presidente da República, mais 78 pessoas, entre elas três filhos do presidente, ministros, ex-ministros, deputados federais, médicos e empresários estão na lista

SAIBA QUEM SÃO OS 80 INDICIADOS PELA CPI

Jair Bolsonaro;	Osmar Terra;	Carlos Alberto de Sá;
Eduardo Pazuello;	Fabio Wajngarten;	Teresa Cristina Reis de Sá;
Marcelo Queiroga;	Nise Yamaguchi;	José Ricardo Santana;
Onyx Lorenzoni;	Arthur Weintraub;	Maconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria;
Ernesto Araújo;	Carlos Wizard;	Daniella de Aguiar Moreira da Silva;
Wagner Rosário;	Paolo Zanotto;	Pedro Benedito Batista Junior;
Élcio Franco;	Antônio Jordão de Oliveira Neto;	Paola Werneck;
Mayra Pinheiro;	Luciano Dias Azevedo;	Carla Guerra;
Roberto Dias;	Mauro Luiz de Brito Ribeiro;	Rodrigo Esper;
Cristiano Carvalho;	Walter Braga Netto;	Fernando Oikawa;
Luiz Dominghetti;	Allan dos Santos;	Daniel Garrido Baena;
Rafael Francisco Carmo Alves;	Paulo de Oliveira Eneas;	oão Paulo Barros;
José Odilon Torres Silveira Junior;	Luciano Hang;	Fernanda de Oliveira Igarashi;
Marcelo Blanco;	Otávio Fakhoury;	Fernando Parrillo;
Emanuela Medrades;	Bernardo Kuster;	Eduardo Parrillo;
Túlio Silveira;	Oswaldo Eustáquio;	Flavio Cadegiani;
Airton Antonio Soligo;	Richards Pozzer;	Heitor de Freire Abreu;
Frncisco Maximiano;	Leandro Ruschel;	Marcelo Bento Pires;
Danilo Trento;	Carlos Jordy;	Alex Lial Marinho;
Marcos Tolentino;	Filipe Martins;	Thiago Fernandes da Costa;
Ricardo Barros;	Técio Tomaz;	Regina Célia de Oliveira;
Flávio Bolsonaro;	Roberto Goidanich;	Hélio Angotti Netto;
Eduardo Bolsonaro;	Roberto Jefferson;	José Alves Filho;
Bia Kicis;	Hélcio Bruno de Almeida;	Amilton Gomes de Paula;
Carla Zambelli;	Raimundo Nonato Brasil;	Precisa Medicamentos;
Carlos Bolsonaro;	Andreia da Silva Lima;	VTCLog

Energisa leva energia solar com tecnologia de ponta à Vila Redenção

Comunidade ribeirinha terá energia por 24h a partir de agora

A chegada da energia elétrica contínua, limpa e renovável na Vila Restauração marca uma nova história na vida das cerca de 200 famílias que vivem nessa pequena localidade situada em área remota da Região Amazônica no Acre e próxima à fronteira com o Peru. A Energisa, maior grupo privado de capital nacional do setor elétrico, inaugurou nesta terça-feira, 26, as obras que garantem o fornecimento de luz para a comunidade ribeirinha 24 horas por dia.

A iniciativa alia inovação e desenvolvimento sustentável, além de proporcionar a melhoria da qualidade de vida para toda comunidade ribeirinha que, até então, só contava com eletricidade por apenas três horas diárias.

A energia elétrica chegará aos moradores por um microssistema de geração solar e armazenamento de energia, por meio de baterias de íon de lítio, tecnologia de ponta com baixo impacto ambiental e maior durabilidade. O excedente de energia gerada ao longo dos dias ensolarados será armazenado em baterias para garantir o abastecimento durante a noite e em dias chuvosos ou nublados, com baixa incidência de luz solar. Dessa forma, os moradores terão acesso à energia de maneira contínua.

A empresa também fará o monitoramento 24 horas por dia do sistema remotamente para acompanhar e registrar todo o funcionamento. Assim, será possível atuar de forma preventiva e rápida caso haja alguma necessidade de manutenção. O investimento da Energisa soma aproximadamente R$ 20 milhões e faz parte dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética da Energisa, ambos regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O evento de inauguração foi realizado nesta terça-feira na Vila Restauração com a presença do diretor-presidente da Energisa no Acre, José Adriano Mendes Silva; do governador do Acre, Gladson Cameli; do prefeito de Marechal Thaumaturgo Isaac Piyãko; e dos moradores da comunidade. Também estiveram presentes na solenidade, o presidente da Assembleia Legislativa do Acre, deputado estadual Nicolau Júnior, o secretário estadual da Fazenda, Rômulo Grandidier, o deputado estadual Luiz Gonzaga, o presidente do Departamento de Estradas e Rodagem, Petronio Antunes, o prefeito do município de Jordão, Naldo Ribeiro, o vice-prefeito de Marechal Taumaturgo, Valdelio Furtado, o presidente da câmara dos vereadores de Marechal Taumaturgo, vereador José dos Santos Furtado e demais autoridades locais.

O governador do Acre, Gladson Cameli, prestigiou o evento de inauguração da usina que também é fruto de intervenções feitas durante o período em que era senador da República. Na época, o agora chefe do Executivo, promoveu reuniões junto ao governo federal e a Energisa, visando garantir energia ininterrupta e melhorar a qualidade de vida dos moradores.

"Faz quanto tempo que vocês sonhavam em ter o direito que cada cidadão tem de ligar sua televisão sem ter hora marcada? Aqui não é partido, não é prefeitura, não é governo ou iniciativa privada. É a união e a determinação. Aqui a população tem que estar em primeiro lugar", afirmou o governador Gladson Cameli.

O fornecimento de energia na Vila Restauração era precário, caro e poluente. A luz era produzida por um único gerador a diesel, custeado pelos habitantes locais e a prefeitura de Marechal Thaumaturgo, cidade mais próxima da comunidade e a 557 quilômetros da capital Rio Branco.

"Quando a energia chega, vidas se transformam. Estamos levando desenvolvimento sustentável para quem vive em uma das regiões mais remotas no Brasil dentro da Floresta Amazônica. Por isso, decidimos executar um projeto inovador com responsabilidade e baixo impacto ambiental. Levar energia elétrica é mais do que fornecer um serviço. É permitir o acesso a algo tão essencial para que as pessoas realizem seus sonhos. Agora, os moradores poderão ter eletrodomésticos para armazenar alimentos e medicamentos, acesso à internet e empreender dentro da própria comunidade", comemora José Adriano Mendes Silva, diretor-presidente da Energisa no Acre. A empresa vai doar equipamentos de consumo eficiente. Foram substituídos 105 refrigeradores, 50 freezers e 1.000 lâmpadas.

A chegada da energia também permitiu iniciativas para a melhoria da infraestrutura local. Novas ligações de saneamento básico estão sendo realizadas dentro das especificações técnicas. Além de levar energia, a Energisa firmou parceria com a operadora TIM para fornecer internet para os moradores. A Vila Restauração foi escolhida para receber a primeira antena 4G na região.

"Ter energia elétrica o dia todo parece algo simples para quem mora na cidade, mas pra gente aqui na Vila Restauração é algo que muda totalmente a nossa vida. Agora eu vou poder beber água gelada, guardar alimentos sem medo de estragar e vou poder ver o jogo do meu Flamengo a hora que quiser", conta Deison Furtado, morador.

Dada a complexidade do projeto, os trabalhos envolveram diferentes áreas da companhia. Além dos esforços empreendidos pela distribuidora da Energisa no Acre, a iniciativa foi executada pela Alsol, empresa de energias renováveis do Grupo Energisa. Essa unidade é responsável por desenvolver soluções de energia por fontes limpas e renováveis, de forma descentralizada, digitalizada, com sistemas de armazenamento e também de eletrificação de transportes.

A Energisa também realizou estudo socioambiental para identificar as vulnerabilidades da comunidade para executar o projeto. Por isso, o planejamento considerou aspectos importantes de sustentabilidade e logística durante as obras. Os resultados do projeto na Vila Restauração servirão à criação de um modelo a ser replicado em outras áreas remotas.

Vila Restauração

A comunidade ribeirinha está situada dentro da Reserva Extrativista do Alto Juruá, a 70 km do centro do município de Marechal Thaumaturgo (AC), próxima à fronteira com o Peru. Para chegar ao local, um dos mais remotos do Brasil, são necessárias viagens que levam de quatro a dez horas em pequenas embarcações, dependendo das condições do rio. Os equipamentos e materiais que servem à rede de distribuição chegaram à localidade após um grande esforço logístico. A maior parte do sistema de geração e armazenamento, como placas solares, baterias e conversores, seguiu de caminhão de Uberlândia (MG), sede da Alsol, até a cidade de Cruzeiro do Sul (AC), onde houve um transbordo para balsas concluírem o transporte fluvial. O deslocamento de cada lote enviado levou, em média, cerca de 13 dias - seis na estrada e mais sete em vias fluviais.

"O avanço da rede elétrica traz benefícios locais e a todo o país. Estamos trabalhando intensamente e temos feito investimentos robustos para oferecer energia de qualidade às pessoas e promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Toda a nossa estratégia é baseada na energia 4D: descarbonizada, descentralizada, diversificada e digitalizada", completa José Adriano Mendes Silva, diretor-presidente da Energisa no Acre.

Representação do Acre em Brasília busca verbas

A Representação do Governo do Acre em Brasília (Repac) e a Secretaria de Saúde do Estado (Sesacre) estão buscando, junto ao Ministério da Saúde, a conclusão do processo de habilitação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Cruzeiro do Sul. O assunto foi tratado em reunião nesta quarta-feira, 26, entre o chefe da Repac, Ricardo França, e a secretária de Saúde do Estado, Paula Mariano.

"Essa obra estava parada, num processo que vem desde 2015, e o nosso governo conseguiu terminar. Agora, precisamos concluir o processo de habilitação, para que possa receber os recursos necessários e prestar atendimento ainda melhor para a população", explicou Paula Mariano.

A secretária apresentou diversos avanços do governo do Estado na Saúde, como a implantação dos tomógrafos do Juruá e de Brasileia e a inauguração do Centro de Odontologia Especializada, em Rio Branco, e destacou a importância do apoio da Repac nas ações que dependem de Brasília. "Assim, temos o acesso mais facilitado aos ministérios para dar as respostas necessárias o quanto antes para a população", afirmou.

"Conte com a Repac, que é o braço do governo em Brasília e tem a função de apoiar o governador, os secretários de Estado e demais gestores governamentais na busca de apoios e recursos para o Acre", afirmou Ricardo França, que reforçou "a importância do trabalho de parceria entre a Repac e as secretarias para contribuir para que o governo leve os benefícios para a população".

O representante citou, entre vários exemplos, a ação que busca a habilitação da UPA de Cruzeiro do Sul. "A Secretaria de Saúde com suas providências e documentações e a Repac com os processos e articulações em Brasília. Iremos inclusive ao Ministério da Saúde buscando agilizar o processo", explicou França, que fez um relato sobre as ações voltadas para a Sesacre e que estão sendo acompanhadas pelo órgão.

Ricardo França também entregou para a secretária o documento, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão, com as 80 propostas prioritárias do governo para a indicação de recursos via emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União (OGU) de 2022 e que está sendo entregue para todos os integrantes da bancada federal do Estado.

A secretária reiterou as prioridades da sua pasta e destacou outras ações consideradas urgentes, como ações voltadas para a atenção primária e para a rede de urgência e emergência, as quais também serão apresentadas para a bancada federal do Estado, conforme garantiu o representante França.

Participação

Também participaram da reunião na Repac, pela Sesacre, a coordenadora da Rede de Urgência e Emergência e Centro de Operações Emergenciais, Marília Carvalho; a chefe do Departamento de Regulação, Controle e Avaliação, Adriana Salomão; e a assessora técnica Isla Sales.

Em Brasília, a secretária Paula Mariano participará do encontro do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), nesta quarta-feira, 27, e da reunião da Comissão Intergestores Tripartirte (CIT), que será realizada na quinta-feira, 28.

Governo divulga resultado de avaliação do Detran

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), torna público o edital nº 011 Seplag/Detran, de divulgação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial da deficiência referente ao processo seletivo simplificado para contratação temporária de profissionais de nível médio e superior para o Detran.

O edital completo, publicado no Diário Oficial desta terça-feira, 25, pode ser acessado por meio do endereço www.access.org.br/detran-ac. Os candidatos poderão interpor recursos ao resultado preliminar da avaliação biopsicossocial no prazo de dois dias úteis, a contar da divulgação do no Diário Oficial do Acre. Os interessados poderão obter informações gerais referentes ao processo seletivo simplificado pelo WhatsApp (21) 99701-3585, ou pelo e-mail contato@access.org.br.

O certame para o provimento temporário de profissionais dos níveis médio e superior para suprir as necessidades do Detran, é regido pelo Edital Seplag/Detran nº 01, publicado na edição do Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 9 de julho de 2021.

Governo paga servidores ativos nesta quinta-feira

O governo do Acre iniciou nesta terça-feira, 26, o pagamento dos servidores inativos, referente a outubro. Na próxima quinta-feira, 28, será realizado o pagamento dos 32.721 servidores ativos do Estado. São mais de R$270,4 milhões para a folha de pagamento do mês de outubro. O anúncio da antecipação do pagamento dos servidores foi feito pelo governador Gladson Cameli na segunda-feira, 25.

Junto com o salário de outubro, será liberado o pagamento do adicional de insalubridade, destinado aos servidores da Saúde e do Auxílio Temporário de Emergência em Saúde (ATS), será investido cerca de R$990.062,80.

O pagamento dos auxílios foi instituído pela lei nº 3.758, de 16 de julho de 2021, a continuidade do pagamento do adicional de insalubridade destinado aos servidores da Saúde, como medida excepcional e temporária de enfrentamento da Covid-19. São contemplados com essa medida 3.477 servidores em um montante de R$ 1.201.915,12.

Devido aos serviços prestados durante a pandemia, servidores da Segurança Pública têm direito ao ATS até o mês de dezembro. São 4.927 servidores da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, do Instituto Socioeducativo (ISE), do Instituto de Administração Penitenciária (Iapen), da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança Pública (Sejusp) que recebem um montante de R$ 1.608.431,33.

Oposição tenta desidratar PEC dos precatórios, e aliados de Bolsonaro querem mais gastos para 2022

A oposição ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) quer derrubar parte da proposta que cria um teto para o pagamento de precatórios —dívidas reconhecidas pela Justiça— e abre mais espaço no Orçamento para gastos em ano eleitoral.

Para tentar garantir a aprovação do projeto, aliados do governo se reuniram com bancadas partidárias, buscando alinhar a base do Palácio do Planalto. A previsão é que agora o projeto seja votado nesta nesta quarta-feira (27) no plenário da Câmara.

A decisão da oposição e o adiamento da votação, que era esperada para esta terça (26), foram antecipados pela coluna Painel.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) foi aprovada na noite de quinta-feira (21) na comissão especial da Câmara. Agora, o texto precisa do apoio de pelo menos 308 votos dos 513 deputados em votação em dois turnos.

Inicialmente, a PEC foi editada para alterar as regras de pagamento de precatórios. Foi incluído no texto, porém, um dispositivo para driblar a regra do teto de gastos. Isso garante mais recursos ao governo já em 2022, ano em que Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

Nos bastidores, líderes governistas e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atuam para alcançar o placar necessário na votação e garantir que o governo tenha dinheiro para gastar mais no ano que vem. Para isso, se reuniram com representantes de partidos da base e independentes para explicar a proposta e fazer um balanço prévio dos votos.

O conjunto das alterações previstas —mudança na regra dos precatórios e no teto— cria um espaço orçamentário de R$ 83 bilhões no ano eleitoral de 2022, de acordo com o relator da PEC, deputado Hugo Motta (PB), que é líder do Republicanos.

Esses recursos viabilizam a ampliação do Auxílio Brasil, o novo programa social com a marca de Bolsonaro, além de permitir mais dinheiro para o fundo de financiamento das eleições e emendas parlamentares, que são usadas por deputados e senadores para enviar verba para obras e projetos em suas bases eleitorais.

Partidos de oposição, como o PT, se posicionaram contra a parte da proposta que adia o pagamento de precatórios. "Isso vai criar uma bola de neve. Os precatórios têm que ser pagos", disse o vice-líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini (SP).

"Essa ideia é fiscalmente irresponsável", afirmou o líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).

A PEC cria um limite para despesas com sentenças judiciais dentro do teto de gastos —regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação. Pela proposta, a parcela excedente a esse limite será paga futuramente ou pode, em condições específicas, ser quitada fora do teto de gastos.

O cálculo do limite de pagamento de precatório previsto no projeto usa como base o montante pago em sentenças judiciais em 2016 (ano de criação do teto de gastos federais) e o corrige pela inflação. O valor resultante passaria a ser o máximo a ser pago pela União em precatórios dentro do teto.

Essa medida, segundo o relator, tem potencial de retirar do teto de gastos cerca de R$ 44 bilhões no Orçamento de 2022.

A outra medida, que trata da alteração no cálculo do teto, permite uma expansão de aproximadamente R$ 39 bilhões nos gastos do próximo ano. Partidos de oposição criticam o limite de despesas federais desde a criação da norma fiscal e, portanto, planejam votar a favor da flexibilização do teto.

Motta se reuniu nesta terça com representantes da oposição. Apesar das divergências, o relator disse que não pretende fazer alterações no texto. "Vou discutir com os técnicos do governo, mas a ideia é votar no plenário o texto que passou pela comissão".

O relator e aliados do governo também conversaram com deputados da base e independentes ao governo. O objetivo foi explicar a proposta e fazer um balanço de votos antes da sessão no plenário.

Nesta terça, Lira falou sobre o adiamento da votação. "As incertezas até a aprovação do texto vão continuar, as versões vão continuar, mas amanhã [quarta] nós teremos um texto aprovado ou não, para dar uma solução ao espaço discricionário do teto, e a criação de um programa temporário", disse Lira, se referindo ao Auxílio Brasil.

A decisão de adiar também teve relação com o quórum da sessão, de cerca de 400 deputados. Como o mínimo para aprovar a PEC eram 308 votos, Lira poderia amargar nova derrota caso insistisse em pautar o texto —na semana passada, a PEC que mudava a composição do Conselho Nacional do Ministério Público foi rejeitada por 11 votos.

O presidente da Câmara negou haver resistências ao texto dos precatórios e também criticou a inclusão de professores na discussão.

Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas ganharam na Justiça o direito de receber R$ 15,6 bilhões relativos a dívidas de repasses do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

"Nós temos essas situações de encaminhamento, temos de novo uma versão que se trata, que traz professores para esse assunto, que absolutamente, não tem nada a ver", disse. "O débito ou repasses desse percentual de professores vai caber aos estados e municípios, nós não estamos mexendo nessas situações."

"Isso precisa ser tratado com clareza para não vir aqui a PEC da vingança, depois é a PEC do roubo do magistério, depois é a PEC disso, daquilo, daquilo outro. As PECs são como elas são, elas tratam de precatórios."

No Senado, além da reação negativa do mercado, parlamentares contrários à PEC afirmam que ela desviará recursos que seriam destinados para a educação. Apesar dessas resistências, líderes do governo e de partidos independentes no Senado consideram que o projeto alcançará os 49 votos necessários para aprovação e que o mais difícil, no momento, é a votação na Câmara.

Eles avaliam que a possibilidade de beneficiar governadores com o chamado encontro de contas vai facilitar a apreciação da proposta no Senado. Pelo mecanismo, os contratos, acordos, ajustes, convênios, parcelamentos ou renegociações de débitos firmados pela União com os entes federativos poderão ser abatidos nos precatórios dos valores devidos pela União.

Presidente da Câmara, Arthur Lira, quer garantir vitória do governo

Cortes na Ciência afetam estudos de vacinas brasileiras contra a Covid

Pesquisadores de vacinas nacionais contra a Covid-19 têm receio de que seus projetos sofram falta de financiamento público por causa do recente corte de R$ 600 milhões no orçamento do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação). Alguns estudos já buscam outros meios de obter recursos, como campanhas de arrecadação na internet e parcerias com a iniciativa privada.

O financiamento federal de pesquisas de imunizantes contra o coronavírus acontece desde o ano passado e é ressaltado pelos cientistas como de suma importância para o avanço dos estudos

Mesmo antes do corte recente, alguns projetos já relatavam que o montante disponibilizado não era suficiente para suprir os gastos com os trabalhos. Assim, agora, o medo se torna maior.

"Desde o começo do ano, nós temos visto que as promessas do MCTI estão demorando demais para serem cumpridas, isso quando são cumpridas. É um reflexo evidente da falta de dinheiro", afirma Emanuel Maltempi, professor de bioquímica da Universidade Federal do Paraná.

Ele coordena o projeto de uma vacina completamente nacional e que, por isso, poderia ter custos menores de fabricação.

A pesquisa tem como diferencial, ele explica, o desenvolvimento de uma partícula recoberta com a proteína do coronavírus. "Essas partículas estimulam o sistema imune a produzir anticorpos contra a proteína do vírus. Essa é a novidade do estudo", diz Maltempi.

O projeto também pretende testar a aplicação do imunizante por via nasal, o que pode aumentar a resposta imune. No entanto, Maltempi afirma que "falta gente" para trabalhar nessa frente da iniciativa e, por isso, essa parte dos esforços foi adiada.

No momento, a pesquisa se encontra em estudo pré-clínico —quando são feitos testes em animais. A intenção era finalizar essa etapa até o final deste ano, mas, por conta de atrasos de orçamento, a perspectiva atual é que essa fase fique para o primeiro semestre de 2022.

Mesmo assim, existe a dúvida. Maltempi mostra-se receoso, principalmente, porque o novo corte no orçamento do MCTI "deve afetar novos editais que estariam programados para o ano que vem", aos quais ele pretendia concorrer.

Até agora a pesquisa de Maltempi recebeu do MCTI um investimento de aproximadamente R$ 237 mil reais em julho do ano passado. "É um valor pequeno, que foi suficiente para provar que o conceito funcionava", afirma o professor.

Por isso, ele precisou buscar outros modos para financiar o estudo, como um aporte de aproximadamente R$ 700 mil reais do governo do Paraná. Também foi criada uma campanha na internet para a população colaborar com doações. A meta é angariar R$ 76 milhões, valor que Maltempi estima ser suficiente para a fase de estudos em humanos. Por enquanto, segundo o portal da transparência da ação, foram reunidos cerca de R$ 182 mil.

"Esse é um valor menor do que o de outros projetos, que podem chegar até R$ 300 milhões", afirma.

Professor da Faculdade de Medicina da USP, Jorge Kalil também desenvolve uma vacina nacional contra a Covid-19 e demonstra preocupações quanto ao futuro da pesquisa. Ele entrou na semana passada com pedido à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para iniciar testes em humanos.

O projeto, um spray imunizante aplicado pelo nariz, é realizado no laboratório do Incor (Instituto do Coração) do Hospital das Clínicas da USP e conta com verbas do MCTI, como um aporte, em abril do ano passado, de R$ 4,5 milhões.

Para seguir com os trabalhos, Kalil planeja inscrever a pesquisa em um edital do ministério para projetos que farão ensaios clínicos de fases 1 e 2. Em cada projeto selecionado, a pasta investirá até R$ 30 milhões, segundo o texto do edital. No entanto, o cientista preocupa-se se, diante do corte recente, o valor previsto será de fato liberado.

A Folha procurou o ministério para comentar se esse edital para estudos em humanos sofrerá alterações, mas a pasta não respondeu até a conclusão da reportagem.

Kalil também ressalta que o corte na Ciência pode afetar os recursos para bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. São os bolsistas, ele lembra, grande parte da mão de obra da pesquisa brasileira —seu projeto no Incor não foge a esse padrão.

Para driblar as incertezas do momento, ele tem buscado apoio na iniciativa privada. "Estamos conversando com alguns laboratórios privados brasileiros que poderiam conduzir a vacina e que também participariam de todo esse esforço para fazer os testes", afirma.

Esse tipo de parceria com a iniciativa privada já ocorre no estudo de outra vacina candidata contra a Covid desenvolvida no Brasil. A Versamune é um projeto da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto e da Farmacore, startup da área de biotecnologia, também com sede na cidade paulista.

No total, o estudo já teve investimento de R$ 30 milhões do setor privado, diz Helena Faccioli, presidente-executiva da Farmacore. Via MCTI, o investimento foi de aproximadamente R$ 8 milhões. A pesquisa já foi qualificada pela pasta para ter aportes para a realização dos testes em humanos nas duas primeiras fases.

Procurada para comentar se os cortes orçamentários poderiam afetar o avanço da Versamune, a Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto não se pronunciou.

Outro projeto que também foi selecionado pelo MCTI para financiamento das fases de estudos em humanos foi o da SpiN-TEC, vacina originada de uma parceria da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) com a Fiocruz Minas. Segundo Ricardo Gazzinelli, professor da universidade e coordenador da pesquisa, o projeto deve receber R$ 10 milhões em razão de um edital federal.

No entanto, a verba ainda não foi liberada. O edital, explica o cientista, coloca como condição para isso que a vacina tenha antes a aprovação da Anvisa para a realização de testes clínicos. Mas agora, ainda que o aval da agência reguladora saia, o cenário é preocupante, ele diz.

"Ninguém recebeu ainda [o recurso para a realização das fases um e dois de testes em humanos] e nós não sabemos se esse corte [do orçamento no MCTI] vai impactar nisso também. Ou seja, o corte pode sim impactar no desenvolvimento dessas vacinas. Vivemos em um momento de grande incerteza e estamos tentando reverter [esse cenário]", afirma.

O professor também vê incertezas no futuro do Centro Nacional de Vacinas, uma parceria da UFMG com o MCTI, cuja pedra fundamental foi lançada no final de setembro deste ano. O local, explica Gazzinelli, seria essencial para o desenvolvimento de imunizantes nacionais, uma lacuna que existe mesmo antes da pandemia.

Após o corte de verba no MCTI, o ministro Marcos Pontes admitiu que a construção do centro está sob risco de não acontecer.

"Se [a construção do Centro] não ocorrer, vai ser mais um atraso na área de vacinas nacionais. Existem doenças que nós temos e a indústria farmacêutica não está interessada", afirma Gazzinelli.

A Folha questionou o MCTI se os investimentos nas vacinas já selecionadas para a realização de estudos clínicos serão mantidos e também se soluções já foram buscadas para a construção do Centro Nacional de Vacinas, mas não obteve resposta.

Após redução de R$ 600 milhões no orçamento, projetos buscam na iniciativa privada e até em 'vaquinha' formas de seguir os trabalhos

Caminhoneiro Zé Trovão se entrega à PF após tentativa de asilo no México

Após quase dois meses foragido no exterior, o bolsonarista Marcos Antonio Pereira Gomes, conhecido como Zé Trovão, se entregou nesta terça-feira (26) à Polícia Federal em Joinville (SC).

Zé Trovão se apresenta como um dos líderes dos caminhoneiros no Brasil, embora outros líderes não o reconheçam como tal.

De acordo com os advogados, a apresentação foi espontânea. "Na qualidade de advogados do sr. Marcos Antonio Pereira Gomes, conhecido como Zé Trovão, informamos que na data de hoje promovemos sua apresentação espontânea ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delegado Chefe da Polícia Federal em Joinville - Santa Catarina, cidade de seu domicílio", diz a nota divulgada pela defesa.

Um homem branco, de barba escura e olhos castanhos, usando um chapéu preto de sertanejo e uma camiseta azul

Segundo os advogados do caminhoneiro, Elias Mattar Assad e Thaise Mattar Assad, ele "está ao dispor da Justiça para provar sua inocência. Na sequência, a defesa formulará pleitos de liberdade".

Zé Trovão foi alvo de ordem de prisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, decretada no início de setembro, por participar da organização de atos com pautas antidemocráticas para o feriado do 7 de Setembro.

O caminhoneiro protocolou em setembro um pedido de asilo político ao governo do México. No documento, Zé Trovão afirmava ser vítima de perseguição política.

Em seu canal do Telegram, o bolsonarista disse que se entregou "pelo Brasil" à PF.

"Neste dia 26 de outubro de 2021 eu me entreguei, me apresentei à Justiça brasileira porque como diz o nosso hino 'verás que um filho teu não foge à luta', eu jamais iria abandonar o povo brasileiro. Quando eu saí do Brasil, eu saí para continuar falando, e motivando cada um dos senhores brasileiros de bem a lutar por uma nação justa, digna e plena. Nós sabemos que viver não é fácil. Viver não é fácil", disse.

Ainda sem seu canal, ele afirmou que "o mundo é cheio de obstáculos, mas existem coisas que podem ser melhores. E é por isso que eu luto. Pela dignidade humana, pelos princípios da família, pela minha pátria e sempre lembrando que Deus é o meu senhor e salvador, assim como o de todos vocês".

Em outro trecho, Zé Trovão afirma que "por respeito a cada um dos senhores, ao agradecimento pelos quase 20 mil inscritos aqui no canal do Zé Trovão, eu vim dizer a vocês o meu muito obrigado. Não sei quanto tempo eu vou passar no cárcere, mas saibam que tudo isso é pelo Brasil, é por cada ser humano e cidadão de bem. Que Deus possa iluminar grandemente a vida de vocês sempre. Um grande abraço, fiquem com Deus e não desanimem".

A prisão de Zé Trovão foi decretada no dia 3 de setembro pelo ministro Alexandre de Moraes, a pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República). Deputados bolsonaristas, como Carla Zambelli (PSL-SP), entraram com pedido de habeas corpus ao caminhoneiro, mas o ministro Edson Fachin, do STF, rejeitou.

Reforma Administrativa pode abrir janela para reajuste salarial de prefeito e vice

Cezar Negreiros

O presidente da Câmara de Rio Branco, vereador N. Lima, aguarda a chegada do projeto da Reforma Administrativa do prefeito Tião Bocalom. A proposta deve pedir autorização da Casa para reajuste do salário dos gestores municipais (prefeito, vice-prefeito e secretários municipais). O salário base é de R$ 17.620,89, enquanto do vice-prefeito é de R$ 14.390,39 e os secretários ganham R$ 12.921,98.

A prefeitura de Rio Branco paga R$ 17 mil, enquanto Cruzeiro do Sul é de R$ 30 mil e Senador Guiomard desembolsa a quantia de R$ 25 mil. Desde 2016 que o ex-prefeito de Rio Branco Marcus Alexandre Médici optou por manter o mesmo valor dos salários do prefeito, vice-prefeito e dos secretários no ano seguinte.

"Devemos aproveitar a Reforma Administrativa prevista para ser votada até o fim de novembro deste ano, porque pretendemos defender o aumento do nosso repasse de 4,5% para 5%", declarou.

O progressista destacou que há 16 anos os vereadores não têm reajuste salarial. O salário bruto chega a R$ 12 mil, mas com os descontos recebem R$ 9.200,00. "O salário líquido de um vereador da Capital acreana não chega a nove salários mínimos", lamentou.

N. Lima disse que esteve num encontro da União Nacional dos Presidentes das Câmaras das Capitais e descobriu que o Acre paga os piores salários. O menor salário da Câmara Municipal de Roraima chega a quase R$ 17 mil, enquanto na Câmara de Rio Branco um piso base de R$ 12 mil. "O percentual destinado à Câmara de Roraima chega em torno de 6%, mas aqui é de apenas 4,5%", desabafou o presidente da Casa.

Os vereadores da oposição podem dar o troco ao prefeito Tião Bocalom (Progressistas), com a chegada da proposta na Câmara Municipal de reajuste salarial do prefeito, da vice-prefeita e dos secretários municipais. A Comissão de Finanças da Casa aguarda a chegada da proposta de reajuste salarial da Casa Civil, mas o assunto vem sendo tratado debaixo de sete chaves pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Prefeito Bocalom: Reforma Administrativa prevê reajuste do próprio salário

Vereador Adailton Cruz: "Injustiça com os outros trabalhadores"

Servidores municipais protestam contra projeto que dá aumento só para auditores fiscais

Da Redação

Servidores municipais da Saúde, Educação e outras categorias estão unidas em protesto contra projeto de lei complementar que tramita na Câmara de ereadores pretende conceder reajuste de 5,4 vezes o salário dos auditores fiscais de rio Branco. Servidores não são contra a proposta em si, mas querem o benefício para outras categorias que estariam sem reajuste há seis anos. As categorias se mobilizam para ocupar a Câmara dos Vereadores, caso o PL seja aprovado.

A matéria entraria na pauta de votação nessa terça-feira, mas apenas 8 dos 17 vereadores estavam presentes. Sem quórum, a mesa diretora retirou a matéria e a deixou para a sessão de quinta-feira.

Mas a aprovação não é mesmo garantida. Por exemplo, o vereador Adailton Cruz, que é presidente do sindicato dos servidores da Saúde, considera que os auditores vão ganhar uma espécie de bonificação que será repassada a partir do ano que vem e chegará a 5.4 vezes o salário atual do auditor fiscal de tributos. "Esse bônus pode chegar a R$ 40 mil para cada servidor. Já outras categorias amargam anos sem um pequeno reajuste sequer. Não estou tirando o mérito dos fiscais, mas é injustiça com os outros trabalhadores", declarou.

Segundo Adailton Cruz, os servidores da Educação e da Saúde estão há seis anos sem aumento salarial e até os médicos falam em uma paralisação para o próximo mês.

Governo beneficia moradores de áreas urbanas com gratuidade na entrega de Título Definitivo

O governo do Acre é um dos poucos do país que está beneficiando famílias de diversas regiões urbanas do estado com a gratuidade na entrega do Título Definitivo de suas propriedades, com investimentos variando de R$ 15 a 18 mil por documentação. Na próxima entrega, por exemplo, prevista para ocorrer final de novembro, no bairro São Francisco, em Rio Branco, o investimento é na ordem de R$2,1 milhões.

Gastos que se referem a diversas etapas de documentação em cartórios para se chegar ao registro definitivo do Título e o trabalho de georreferenciamento, que envolve uma equipe diversificada de profissionais incluindo geógrafos, arquitetos, engenheiros e técnicos responsáveis pela elaboração do projeto urbanístico, são de total responsabilidade do Estado.

Comumente, essas áreas urbanas têm uma matrícula geral, pertencente ao Estado, município ou a Companhia de Habitação. Em sua grande maioria são habitadas por famílias de baixa renda, cujo orçamento apertado impossibilita gastos com documentação para se chegar a posse.

Sensível a essa questão, o governo acreano tem centrado esforços para beneficiar famílias habitantes dessas áreas e, para tanto, firmou um importante termo de cooperação com o Tribunal de Justiça, Prefeituras e cartórios, assegurando a devida legalidade no plano de regularização fundiária para essas habitações.

No cronograma para entregas de títulos de propriedade em áreas urbanas de Rio Branco, que ocorrerão ainda este ano, está previsto a entrega de 122 nos bairros Vitória e Chico Mendes, no período de final de novembro a início de dezembro.

Também no mês de dezembro deste ano o governo vai entregar mais 1.400 títulos no bairro Montanhês, um dos mais carentes de Rio Branco, com investimento na ordem de R$ 25 milhões.

O diretor presidente do Instituto de Terras do Acre (Iteracre), Alirio Wanderley Neto, destaca que o título é como se fosse o CPF da terra, que a partir dele, o proprietário pode obter linhas de créditos que venham a contribuir com melhorias em suas condições de vida.

"Sensível a essa possibilidade de trazer inúmeros benefícios a tantas famílias habitantes dessas áreas, o governo colocou esse projeto como prioridade, garantindo o devido apoio para que tenha andamento, de modo que não paramos mesmo durante o delicado período da pandemia", esclareceu Wanderley Neto.

Diretor presidente do Iteracre, Alírio Wanderley: prioridade